

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA  
ANÁLISE DE UM PERÍODO DE CRESCIMENTO E DE CRISE E  
SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2004 – 2017)**

ISABELA VENEGAS CLAASSEN  
Matrícula nº: 114080495

ORIENTADOR(A): Profa. Lena Lavinias

JANEIRO 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE UM PERÍODO DE  
CRESCIMENTO E DE CRISE E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2004 – 2017)

---

ISABELA VENEGAS CLAASSEN  
Matrícula nº: 114080495

ORIENTADOR(A): Profa. Lena Lavinias

Rio de Janeiro

JANEIRO 2019

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos meus pais por terem me proporcionado todo o apoio e dedicação possível para que eu pudesse chegar aonde cheguei e ser quem sou hoje. Aos familiares, deixo também meu agradecimento.

Aos meus amigos e colegas que me ajudaram ao longo do meu percurso acadêmico. Sejam eles companheiros de escola, de faculdade, do trabalho ou de vida. Em especial, agradeço ao João Vitor Pereira pela assistência quanto ao entendimento dos bancos de dados utilizados nesse estudo e as incontáveis monitorias particulares ao longo da faculdade.

Não posso deixar de agradecer a minha orientadora, Lena Lavinias, que no decorrer desse trabalho me aconselhou quanto ao meu espaço de contribuição nesse tema tão relevante. A todos os professores que passaram por minha vida e que, em maior ou menor grau, contribuíram para minha formação.

## **RESUMO**

O presente estudo apresenta uma análise da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, com um enfoque sobre as suas desigualdades e como elas se alteram em função do contexto econômico e das políticas públicas adotadas. Considerando a herança histórica de divisão sexual do trabalho, a ocupação feminina se mostra como dependente de outros fatores além da sua demanda, uma vez que a entrada no mercado não anula as tarefas domésticas impostas sobre mulheres. A partir dessa premissa, traz-se uma caracterização do emprego feminino desde os anos 70 para, posteriormente, analisar as mudanças nas desigualdades impostas às mulheres no mercado de trabalho em um período de crescimento econômico (2004-2013) e um de crise econômica (2014 -2017). São exploradas em seguida as políticas públicas implantadas nesses mesmos períodos e seus efeitos nessas desigualdades.

Palavras-chave: Desigualdades de Gênero, Mercado de trabalho, Contexto Econômico Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

This study presents an analysis about women in the Brazilian labor market, focusing on the inequalities and how they change in relation to the economic context and the public policies adopted. Considering the historical heritage of the sexual division of labor, the female occupation depends on factors other than demand alone, since their insertion on this market does not cancel the imposed housework. Based on this premise, we start from a characterization of female employment from the 1970s onwards, to later examine how gender inequality evolved both in periods of economic growth (2004-2013) and crisis (2014 -2017). Then, we scrutinize public policies implemented over these periods and their effects on the dynamics of gender inequalities in the labor market.

Keywords: Gender Inequalities, Labor Market, Economic Context, Public Policies.

## **LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Variação anual do PIB brasileiro em % (2004 – 2013)

Gráfico 2 – Rendimento médio mensal real das pessoas de 15 anos ou mais de idade em reais (R\$) (2004 – 2013)

Gráfico 3 - Proporção do salário médio feminino com relação ao masculino (2004 – 2013)

Gráfico 4 – Anos de escolaridade média de pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo (2004 – 2013)

Gráfico 5 - Quantidade de homens e mulheres, com 14 anos ou mais, ocupados (2004 – 2013)

Gráfico 6 – Variação anual do PIB brasileiro (2014 -2017)

Gráfico 7 – Quantidade de homens e mulheres, com 14 anos ou mais, ocupados (2014 – 2017)

Gráfico 8 - Escolaridade média entre os sexos em anos (2014 - 2017)

Tabela 1 - Percentual de ocupação feminina nos setores da economia (2004 -2013)

Tabela 2 - Percentual de ocupação feminina nos setores da economia (2014 – 2017)

## SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MCid – Ministério das Cidades

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MJ – Ministério da Justiça

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MMIRDH - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

MPOG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa do Emprego e Desemprego

PIB – Produto Interno Bruto

PME - Pesquisa Mensal do Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNQ - Programa Nacional de Qualificação

PPA – Plano Plurianual

SECOM – Secretaria Especial de Comunicação Social

SEPPIR – Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial

SDH - Secretaria de Direitos Humanos

SPM - Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (1970 – 1990) .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO II – IMPACTOS DO CONTEXTO ECONÔMICO SOBRE A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO (2004 – 2017) .....</b>	<b>21</b>
2.1 – PERÍODO DE CRESCIMENTO (2004 – 2013) .....	21
2.2 – PERÍODO DE CRISE (2014 – 2017) .....	28
<b>CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES NO BRASIL .....</b>	<b>34</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro e suas condições de empregabilidade. Nele busca-se o entendimento de como o contexto econômico e as políticas públicas foram capazes de afetar a condição das mulheres no mercado de trabalho brasileiro em dois períodos específicos de 2004-2013 (período de crescimento econômico) e 2014-2017 (período de crise econômica). Ao entendermos como se dá a inserção da mulher no mercado de trabalho e seus principais problemas podemos descobrir quais são os segmentos que mais precisam de políticas públicas. É necessário trazer para a discussão o fato de ainda existirem situações de discriminação de gênero no mercado de trabalho, indo contra o proposto pela constituição vigente do país.

A inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido discutida por diversos estudiosos (cf. BRUSCHINI, 1994; BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001; LAVINAS, 2001; KASSOUF, 2000) ao longo dos últimos anos sob os mais variados aspectos. Nota-se que essas estão focadas principalmente nas desigualdades entre os rendimentos (KUBRUSLY, 2015). Entretanto, a diferença salarial entre homens e mulheres já é comprovada em diversos estudos sobre o tema. Sabe-se também que não são apenas os rendimentos que diferenciam homens de mulheres no mundo do trabalho.

Bruschini (2004) aponta algumas tendências sobre a ocupação das brasileiras no mercado de trabalho como o aumento dessa participação nos anos 70, a melhora no acesso ao estudo a partir dos anos 80, a mudança no perfil das trabalhadoras na década de 80 que passam a ser mais velhas, casadas e /ou com filhos, a presença da maternidade como um empecilho para o trabalho feminino, entre outras. Já Lavinias et al (2014) demonstram que existem assimetrias entre os sexos no que tange ao número de horas trabalhadas, tempo de permanência no emprego, formalidade e informalidade e inserção setorial. Nota-se que as mulheres tendem a se inserir em trabalhos tidos como femininos, de menor remuneração e com maior flexibilidade. Isso se dá devido à dupla jornada realizada pelas mulheres que também possuem responsabilidades domésticas.

Mesmo com o direito a igualdade estando presente na Constituição Brasileira desde 1934 (ALICIEWICA, 2015), o mercado de trabalho ainda é marcado por significativas desigualdades entre homens e mulheres. No período de 2004 a 2017, a força de trabalho é dividida, em média, entre 43% de mulheres e 57% de homens (PNAD 2004-2017). Dessa forma, é possível perceber

que a noção de que cabia aos homens o trabalho na esfera produtiva, e conseqüentemente, o acesso ao espaço público e de poder, e que cabia às mulheres a esfera reprodutiva se fez presente por muitos anos. Dentro dessa divisão podemos encontrar dois ideais: o da existência entre trabalhos femininos e masculinos e o da superioridade do trabalho masculino, uma vez que esse permite remuneração e acesso ao poder (FURNO, 2015).

Essas persistentes desigualdades no mercado de trabalho são aspectos a serem levados em consideração nos processos de formulação e implementação de políticas públicas gerais e específicas (ABRAMO, 2006). Uma questão que historicamente impacta o desenvolvimento econômico do país, pois afeta os custos totais implicados na produção, o consumo e os investimentos (KON, 2013a). A divisão sexual do trabalho em uma sociedade tem suas implicações sobre a produção e a distribuição da renda, seja como resultado ou como determinante do processo econômico (KON, 2013a).

Contribuindo com os estudos relacionados à inserção feminina no mercado de trabalho, esse estudo tem como objetivo entender, através de uma revisão bibliográfica e análises dos dados da PNAD e da PNADC, como se dá a incorporação ocupacional das mulheres no mercado de trabalho e a discriminação econômica sofrida em um contexto de crise econômica e em um contexto de crescimento econômico. Além disso, busca-se analisar quais foram as políticas públicas desenvolvidas no período e seus efeitos na tentativa de diminuir e posteriormente acabar com essa desigualdade.

Para isso, essa pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro traz, através de um levantamento bibliográfico, como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho, suas limitações e as principais características do trabalho feminino ao longo das décadas de 70, 80 e 90. O segundo capítulo é dividido em duas seções. A primeira trata do período de crescimento econômico do país (2004-2013) e como esse contexto afetou as mulheres no mercado de trabalho brasileiro e a desigualdade e nas condições de trabalho entre homens. Já a segunda seção desenvolve as mesmas questões dispostas na primeira, mas para uma conjuntura econômica de crise (2014-2017). Por fim, o terceiro capítulo trata das políticas públicas adotadas durante os períodos estudados e quais foram seus impactos no âmbito do trabalho feminino no país.

## **CAPÍTULO I: CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (1970 – 1990)<sup>1</sup>**

Os estudos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro (cf. BRUSCHINI, 1994; BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001; LAVINAS, 2001; SEDLACEK E SANTOS, 1990) mostram que a participação feminina no mercado de trabalho se intensificou a partir dos anos 70. E desde então essa participação não declinou mais, mesmo com as subseqüentes crises econômicas sofridas no país (BRUSCHINI, 1994).

Os anos 70 se caracterizaram pela crescente urbanização e industrialização do país e por acelerado crescimento econômico, contudo à custa de um aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda (BRUSCHINI, 1994). A sociedade passou por mudanças em diversos campos como o social, o econômico e o demográfico. A partir dessa expansão econômica, os níveis de emprego no país aumentaram e a composição interna da força de trabalho se modificou (BRUSCHINI, 1994).

Nessa década, constatou-se um aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Inicialmente, notamos dois grandes grupos de mulheres que adentraram o mercado: mulheres pobres que devido à grande desigualdade de renda foram obrigadas a buscar uma complementação à renda familiar em razão da deterioração dos salários reais, e mulheres mais instruídas e já detentoras de diplomas de nível superior, devido a novas expectativas de consumo (BRUSCHINI, 1994).

Pouco a pouco, as mulheres foram constituindo a nova força de trabalho no país. Segundo Probst (2014), em 1973, apenas 30% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil era do sexo feminino. Já em 1999, elas correspondiam a mais de 40% do total da força de trabalho, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Contudo, para que isso fosse possível, foram necessárias mudanças na estrutura familiar que contribuíram para manter a queda da fecundidade e o aumento do nível de escolaridade das mulheres (KASSOUF, 2000).

A queda da fecundidade atingiu mais as regiões de maior desenvolvimento do país e teve sua redução mais expressiva nas décadas de 70 e 80. Em 1970, quando esse processo de redução se iniciou, a taxa de fecundidade era de 5,8 filhos. Nos anos 90 a taxa de fecundidade que era de 2,6 cai para 2,3 no fim da década. As transformações nos padrões culturais e nas noções acerca do

---

<sup>1</sup> Devido às mudanças ocorridas na base de coleta de dados das séries da PNAD durante o período discutido (1970 - 1990) julgou-se mais oportuno não apresentar tabelas e gráficos comparativos, pois poderiam demonstrar inconsistências. Optou-se por caracterizar o contexto da evolução do emprego através de uma revisão bibliográfica.

papel social da mulher permitiram a alteração da constituição da identidade feminina, que à época deixava cada vez mais de ser voltada para o trabalho reprodutivo e se voltava ao produtivo. Já o aumento da escolaridade associado ao maior ingresso de mulheres nas universidades viabilizou novas oportunidades no mercado de trabalho (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001; PROBST, 2014).

É importante notar que foi essa entrada das mulheres no mercado de trabalho que sustentou o crescimento da população economicamente ativa na época e que sustenta também nos dias de hoje, uma vez que há uma tendência à diminuição da participação masculina (LEONE E BALTAR, 2008).

Os anos do “milagre econômico brasileiro” (1968-1973) deram lugar aos anos do crescimento por “marcha forçada” (1974-1979), à retomada do movimento sindical e à perda de legitimidade do projeto militar, que ampliaram as reivindicações por um crescimento econômico associado à questão social (DEDECCA, 2005).

De acordo com dados do IBGE, no ano de 1970, 38,8% das trabalhadoras concentravam-se no setor de serviços, 9,9% na indústria de transformação, 16,1% em atividades sociais, 6% no comércio, 0,4% nas indústrias da construção, 2,6% na administração pública e as demais se concentravam em outros ramos de atividades. No ramo industrial, a distribuição das mulheres concentrava-se nos cargos das em áreas administrativas, principalmente nos setores alimentício e têxtil. Já no contexto produtivo, os setores industriais que mais empregavam mulheres eram o farmacêutico e químico (QUIRINO, 2012). E mesmo com o fim do “milagre econômico” em 1973 e o início da já citada “marcha forçada”, a PNAD de 1976 ainda demonstra a mesma tendência de inserção feminina (PNAD, 1976).

A pesquisa de 1976 apontou que cerca de 40% da força de trabalho masculina se concentrava no setor agrícola, enquanto a feminina era de menos de 30% no mesmo setor. A porcentagem de trabalhadoras na indústria da construção se manteve constante em relação ao número observado em 1970, ao passo que no setor de serviços houve uma redução de quase 10% (PNAD, 1976).

No ano de 1977, a quantidade de mulheres ocupadas, isto é, empregadas na semana de referência, era bem menos de 50% dos ocupados, entretanto, percentualmente houve uma melhora nos números absolutos se comparado com o ano anterior (PNAD, 1977). A partir desse ano, foi inserida na PNAD uma nova divisão dos dados por rendimentos, e não houve mais a divisão por sexo e setores.

Com base nos dados de rendimentos fornecidos pela PNAD, notamos que a tendência das décadas subsequentes era de que a maior quantidade de mulheres ocupadas se encaixava na primeira classe de rendimento mensal, isto é, recebiam menos de um salário mínimo, e o menor número se encontrava na mais alta. Ou seja, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho em empregos com menor rendimento mensal e conforme o rendimento mensal se elevava menor era a participação das mulheres (PNAD, 1977).

Os anos 80 foram marcados pela estagnação econômica em toda a América Latina. No Brasil, o período veio a ser conhecido como “a década perdida”. A crise dos anos 80 provocou uma queda na produção industrial do país e o alto desemprego se tornou uma nova realidade. A crise econômica provocou elevadas taxas inflacionárias, queda no PIB e uma deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores. Já o final da década foi marcado por diversos planos de estabilização que em sua maioria se iniciavam com o congelamento dos preços seguidos por uma tentativa de desindexação (DEDECCA, 2005).

Essa década se caracterizou como um período de redemocratização gradual que culminou em uma nova Constituição Nacional que visava um desenvolvimento econômico interno com desenvolvimento social e maior igualdade (DEDECCA, 2005). Apesar de os princípios de igualdade de gênero estarem presentes na Constituição Brasileira desde 1934 com a promulgação da CLT, na qual o trabalho da mulher foi também regulamentado, e a proibição da diferença salarial estar assegurada na Constituição de 1967, foi a Constituição de 1988 que teve maior peso em estabelecer proibições às discriminações ao trabalho feminino e em regular a licença maternidade, ampliando-a e aumentando direitos das empregadas domésticas e trabalhadoras rurais (ALICIEWICA, 2015).

A recessão dos anos 80 provocou mudanças na distribuição da população economicamente ativa, que se deslocou dos setores primário e secundário da economia para o terciário, o que foi impulsionado pela ampliação do emprego no setor público, dos serviços de consumo pessoal, comércio e atividades sociais e serviços financeiros e profissionais. O setor de serviços era entendido como uma profissão “feminina”, logo, como já citado, as mulheres se caracterizavam como maioria (BRUSCHINI, 1994). Contudo, com os processos de reestruturação produtiva e retração dos negócios devido às crises também já citadas, houve um deslocamento das mulheres intrasetores. Com a contração do setor industrial, os homens que foram expulsos desse setor migraram para o setor de serviços, pressionando a saída de diversas mulheres (BRUSCHINI E

LOMBARDI, 2001).

Entretanto, mesmo com esse deslocamento intrassetorial, o setor de serviços ainda era o que mais contratava mulheres. Bruschini e Lombardi (2001) afirmam que, a partir dos anos 80 e ao longo dos anos 90, a estrutura ocupacional feminina era subdividida em dois segmentos diferentes em termos de qualificação, status e remuneração: os serviços administrativos e aqueles focados em turismo, saúde e beleza. Esses representavam 50% dos empregos femininos com carteira assinada na década de 90 (QUIRINO, 2012).

Ao analisarmos os serviços administrativos, especialmente na administração pública, notamos que esse teve papel essencial para uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho formal. A inserção primordial da mulher foi no mercado de trabalho informal principalmente devido à dificuldade de conciliar o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos com o trabalho produtivo de mercado e também devido a esse permitir que pessoas com baixa qualificação pudessem encontrar empregos remunerados. Em 1980, menos de 30% do mercado de trabalho formal era ocupado pelas mulheres, enquanto em 1988 33,9% era ocupado por elas. O aumento analisado se dá nos setores já citados acima e no setor de comércio (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001).

Em relação à constituição das famílias, as tendências de redução de tamanho e crescimento da chefia feminina constatadas nos anos 70 se mantiveram para os anos 80 e 90. Em 1983 a proporção de mulheres chefes de famílias cresceu de quase 8% para 9,2% em 1988. Ao considerarmos o crescimento populacional podemos afirmar que esse crescimento foi de 6,7% ao ano durante esse período (SANTOS E SEDLACEK 1990). É importante notar que esse tipo de formação familiar difere das chefias por homens em termos de decisão interna, ou seja, em termos da necessidade de contribuição feminina para a composição da renda familiar (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001; SANTOS E SEDLACEK 1990).

Outro ponto favorável às mulheres é o aumento da escolaridade feminina num ritmo acima do masculino. Já é sabido que a escolaridade tem impactos na inserção no mercado de trabalho, não só por uma questão de maior qualificação, mas também de melhor remuneração que permite compensar os gastos com infraestrutura doméstica (BRUSCHINI, 1998). Na década de 80, a escolaridade média das mulheres já era maior que a dos homens. Segundo os dados da PNAD, no grupo de pessoas com 9 anos ou mais de estudo, as mulheres constituíam aproximadamente 52% do grupo entre os anos de 1984 a 1987. Desde então, as mulheres continuam sendo maioria em todos os níveis de ensino no país, principalmente o superior. Entretanto, o grau de escolaridade

das mulheres ainda não tem assegurado igualdade no reconhecimento profissional.

Essa desigualdade no reconhecimento profissional pode também ser comprovada ao analisarmos os rendimentos femininos. Na década de 80, a tendência de inserção das mulheres ainda se manteve nas classes de rendimentos mais baixas, como nos anos 70. Elas representavam em média 60% da mão de obra inserida na classe de menor rendimento. (PNAD 1984 -1990).

Entre 1990 e 1992, o país viveu uma nova recessão que levou a queda no nível de atividade e aumento da taxa de desemprego. Somente em 1994, esse processo foi revertido com o Plano Real que levou ao crescimento da economia até 1997, o qual foi interrompido devido à crise financeira internacional em meados de 1998. Esse processo se deu porque no início da década de 90 ocorreram grandes modificações na economia do país, como a abertura econômica e a redução da presença do Estado na economia. A ideia de estabilização estava ligada a uma noção da falha do modelo de bem estar social e a uma necessidade da liberalização de fluxos de capitais que culminavam num processo baseado em uma âncora cambial e respaldado pela abertura comercial e financeira (NERI, 2000).

Em termos de organização do mercado de trabalho, a tendência foi uma redução dos postos no setor industrial e um aumento nos setores de comércio e serviços, principalmente na informalidade (BRUSCHINI, 1998). Essa redução teve efeitos ainda mais negativos para as mulheres. Enquanto a ocupação masculina no setor teve uma queda leve, o declínio da feminina foi acentuado, chegando a representar menos de 10%. No setor agrícola houve um crescimento de quase 9% entre os anos de 1990 e 1995, atrelado principalmente a uma mudança na definição de atividade econômica nos censos que permitiu uma melhor captação da atividade feminina no campo (BRUSCHINI, 1998).

A maior alternativa para a inserção feminina ainda era o setor de serviços, mesmo com a redução de cerca de 3% sua participação entre os anos de 1985 e 1995 em contrapartida ao aumento na mesma proporção de homens. A área social que se mostrava como a segunda opção para a participação da mulher, agregando 16% das possibilidades de ocupação feminina, também registrou queda nesse período. O comércio de mercadorias se tornou o setor em que tanto homens quanto mulheres possuíam a possibilidade de ampliar suas chances de inserção (BRUSCHINI, 1998).

A mudança no perfil etário das mulheres no mercado também foi um fator de mudança das décadas de 80 e 90. Até o final dos anos 70, as trabalhadoras eram jovens solteiras e sem filhos,



e, a partir dos anos 80, passaram a ser mulheres mais velhas, muitas vezes casadas e mães. Em 1995, a maior taxa de atividade, acima de 66%, era encontrada em mulheres de 30 a 39 anos, sendo seguida pelas trabalhadoras de 40 a 49 anos. Essa modificação insinua que as responsabilidades familiares que, na década de 70, eram um impeditivo a inserção no mercado, não se mostravam mais como um fator tão significativo (BRUSCHINI, 1998).

Analisando o ano de 1990 em termos mais gerais de participação no mercado de trabalho, a quantidade de trabalhadoras brasileiras atingiu cerca de 23 milhões, sendo que desse número 18 milhões se concentravam nas cidades (BRUSCHINI, 1994). A taxa de participação feminina revelou constante aumento, crescendo de 26,6% para 34,8% de 1980 a 1991. Enquanto isso, a atividade masculina, mesmo com níveis mais elevados, manteve taxas de participação relativamente estáveis, (72,4% e 72,3% entre 1980 a 1991) (GUEDES E ALVES, 2004).

Essa mudança da força de trabalho não se mostrou uma tendência apenas no Brasil como no mundo todo. A fim de buscar explicar essa transição, Cagatay (2002) aponta três possíveis justificativas. A primeira explicação se constitui pelo fato de as mulheres constituírem uma reserva de mão-de-obra, de forma que seu tamanho varia conforme o ciclo dos negócios. A segunda hipótese parte da noção de uma segregação ocupacional por gênero, isto é, que existem ramos da atividade que seriam entendidos como profissões “masculinas” ou “femininas” e dessa forma apenas surgem mudanças na composição por sexo quando muda a composição total da produção. A terceira justificativa coloca que ao longo do tempo as mulheres vão substituindo os homens nos trabalhos anteriormente entendidos como “masculinos” (GUEDES E ALVES, 2004).

No caso brasileiro, a mudança na composição da força de trabalho estaria mais relacionada com a segunda e terceira justificativas. O crescimento da participação feminina na força de trabalho no Brasil está relacionado ao crescimento do setor de serviços que tradicionalmente já empregava mais mulheres (GUEDES E ALVES 2004). Em 1990, o setor empregava aproximadamente 31% das mulheres, diminuindo para 28,5% em 1993, subindo novamente em 1995 para 30% em 95 e encerrando a década em 29% (BRUSCHINI, 1994).

No entanto, essa tendência de ocupação feminina no setor de serviços apresentou pequenas alterações do meio da década para o final, uma vez que parte da mão de obra masculina foi dispensada do setor industrial em função do processo de reestruturação produtiva e começou a ocupar postos no setor de serviços (GUEDES E ALVES, 2004). No ano de 1990, o setor industrial absorvia 29% dos ocupados homens, diminuindo para 27% e 26%, respectivamente em

1993 e 1995 (BRUSCHINI, 1994).

Outro ponto central nessa mudança na composição foi o processo de flexibilização do mercado de trabalho e a precarização das relações de trabalho, ambos muito relacionados ao aumento da informalidade. No momento inicial, as mulheres foram beneficiadas com a flexibilização dos postos de trabalho, contudo, posteriormente, quando a economia brasileira entra num processo de estagnação e os postos de trabalho diminuem, as trabalhadoras são as primeiras a serem atingidas (GUEDES E ALVES, 2004). Ao longo do processo de estagnação da economia brasileira, iniciado principalmente em 1998, notamos uma maior tentativa das mulheres em se estabilizarem em empregos formais, isto é, de carteira assinada. Segundo os dados da PNAD, os homens eram 25% mais empregados formais do que as mulheres durante os anos de 1992 a 1995, número que vem constantemente se reduzindo durante a década. Em 1996 já eram apenas 17%, caindo 1% no ano seguinte e finalizando com 12% em 1998 e 1999 (PNAD 1992 – 1999).

É importante pontuar que, no geral, as ocupações formais tendem a ser melhor remuneradas que as informais. Embora existam variações ao longo do tempo, nos primeiros oito anos da década de 90, os rendimentos dos assalariados com carteira foram cerca de 30% maiores que os dos assalariados sem carteira e 15% mais elevados que os dos trabalhadores por conta própria (LAVINAS E LEÓN, 2002).

Além disso, o número médio de horas trabalhadas pelas mulheres teve grande crescimento na década de 90, especialmente, em grupos de maior nível de escolaridade. Entretanto, as trabalhadoras de menor instrução ainda são aquelas com a jornada semanal mais longa. Ao corrigir a renda real das trabalhadoras pelo número de horas trabalhadas, os rendimentos sofreram, entre 1982 e 1998, uma forte contração nos grupos de escolaridade intermediários. As perdas da renda real eram em torno de 20% e 30% para mulheres ocupadas e com primeiro e segundo graus completos. Aquelas com menor escolaridade ou as de escolaridade superior tiveram uma recuperação salarial na década de 90, que as levou de volta ao mesmo patamar observado no início dos anos 80 (LAVINAS, 2001).

Entre os anos de 1982 e 1998, os rendimentos, tanto masculinos quanto femininos, se mantiveram abaixo dos do início da década de 80, chegando até 40% abaixo em 1992 e 1994. As exceções são os anos de 1986, quando o Plano Cruzado permite um aumento dos salários médios (aproximadamente 8% em termos reais) e em 1997, quando apenas os rendimentos femininos

absorveram ganhos bem acima da curva de recuperação dos salários em geral. Desde 1998, o desempenho dos rendimentos femininos tem sido progressivamente melhor que o masculino, logo as mulheres se beneficiaram mais naqueles cenários de recuperação de rendimentos (LAVINAS, 2001).

Nas faixas salariais mais baixas houve uma redução da concentração feminina e uma melhora nos percentuais de ambos o sexos nas faixas superiores a dois salários mínimos entre os anos de 1985 a 1995. Essa melhora, contudo, não significou a eliminação das desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres. Em 1995, um quarto das mulheres ocupadas ainda recebia apenas um salário mínimo mensal, enquanto apenas 16% dos homens ocupados recebiam o mesmo. Houve também um aumento no número de mulheres que declararam trabalhar sem rendimentos. Elas representavam 24% das mulheres ocupadas (BRUSCHINI, 1998).

A distribuição de rendimentos de acordo com os setores da atividade econômica mostra ainda mais como essa aparente melhora não implicou em mudanças de fato. No setor agrícola 82% das mulheres ocupadas não recebiam nenhum rendimento pelo seu trabalho, enquanto os homens nas mesmas condições eram apenas um quarto dos ocupados no setor. Na indústria, quase 50% das mulheres se inseriam nas faixas mais baixas de rendimento e apenas 33% dos homens estavam na mesma situação e, no comércio, 47% das mulheres e 38% dos homens que se enquadram nas faixas mais baixas. Até no setor social, setor tipicamente feminino, menos de 30% dos homens ganhavam até dois salários mínimos, em comparação a 45% das mulheres do mesmo setor (BRUSCHINI, 1998).

Esse diferencial nos rendimentos femininos é ainda mais agravado quando olhamos para o avanço da escolaridade das mulheres. O aumento da escolaridade, por ser uma das causas para a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, é determinante para o volume de trabalhadoras. A atividade cresceu entre as mulheres que têm mais de 8 anos de estudo, contudo são aquelas com mais de 15 anos de estudo, isto é, nível superior que possuíam uma taxa de atividade acima de 80% em 1995 (BRUSCHINI, 1998). De acordo com os dados da PNAD, as mulheres com 11 anos ou mais de escolaridade representavam 14,7% enquanto os homens eram apenas 13,4% em 1992. Esse *gap* de 1,3% ficou ainda maior ao longo dos anos, chegando a atingir 2,84% em 1999. No mesmo ano, segundo dados do IBGE, aproximadamente 55% das matriculas no ensino médio eram femininas e com o 58,5% de total de concluintes (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2001). Ou seja, as mulheres eram maioria no ensino fundamental, médio e

superior.

Dessa forma, é importante ressaltar que mesmo com as melhorias apontadas anteriormente, não podemos interpretar que houve apenas melhoras no desempenho das mulheres no mercado de trabalho. Muitas das vezes esses resultados são mascarados por uma deterioração geral das condições de emprego que encobre o fato de que essa tendência à convergência do rendimento médio padronizado entre homens e mulheres é na verdade um reflexo de uma rápida recuperação salarial feminina muitas vezes relacionada à elevação constante da escolaridade e da carga horária da jornada semanal das mulheres (LAVINAS, 2001).

## CAPÍTULO II: IMPACTOS DO CONTEXTO ECONÔMICO NO EMPREGO E OCUPAÇÃO FEMININOS (2004 – 2017)<sup>2</sup>

Ao longo dos últimos anos, diversos estudiosos buscaram analisar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro. A partir de 2004, o mercado de trabalho mostrou uma forte mudança nos rumos que vinha seguindo. De forma geral, houve redução da taxa de desemprego, característica perdida na crise de 2014. Através de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é possível mapear as mudanças do mercado de trabalho e seus impactos nas trabalhadoras durante os anos de 2004 a 2017, seja o contexto econômico de crise ou de crescimento (SABOIA E KUBRUSLY, 2014).

### 2.1. PERÍODO DE CRESCIMENTO (2004 - 2013)<sup>3</sup>

O período de 2004 a 2013 marcou uma fase de recuperação do mercado de trabalho brasileiro. A principal característica foi a redução da taxa de desemprego que passou em média 11,4% para 5,4%, segundo dados da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE) no conjunto de regiões metropolitanas (SILVA E PIRES, 2014; IPEADATA, PME/IBGE). Ao analisamos os dados de desemprego da PED por sexo, notamos que ainda havia uma vantagem em relação aos homens, uma vez que a porcentagem média de mulheres desempregadas no período foi de aproximadamente 55% contra 44% de homens. Contudo, devemos notar que esse dado reflete a realidade apenas das regiões metropolitanas consideradas pela pesquisa, isto é, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo, podendo não ser tão preciso (DIEESE, PED 2004 – 2013).

É impossível não atrelar as transformações no mercado de trabalho brasileiro ao desempenho econômico do país. Embora as taxas de crescimento do PIB não tenham sido excepcionais, foram ainda assim marcantes, principalmente devido a uma situação internacional favorável (LEONE E BALTAR, 2008). No Gráfico 1 podemos observar a melhora no PIB brasileiro do período. É importante demarcar o ano de 2009 como um *outlier*, uma vez que se trata de um reflexo da crise econômica mundial de 2008. A crise mundial atingiu o país principalmente no que tange ao consumo das famílias. Entretanto, através de estímulos de

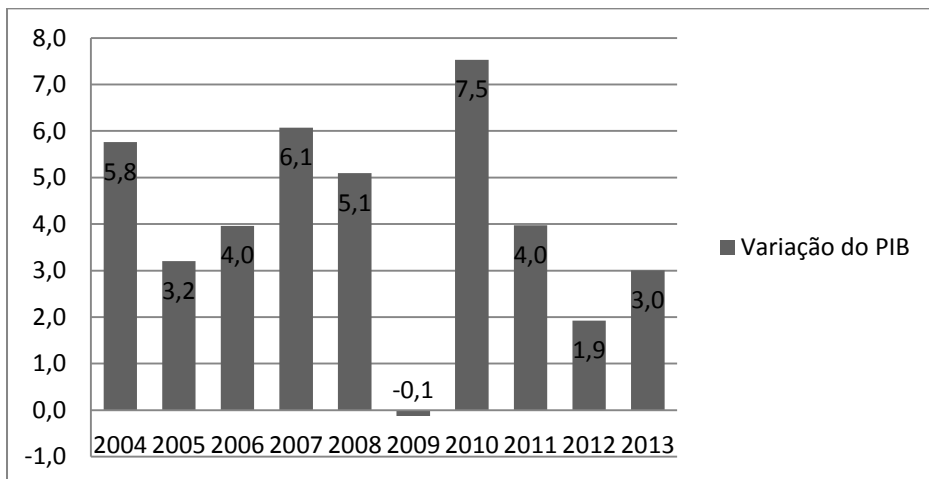
---

<sup>2</sup> Optou-se por iniciar a análise no ano de 2004 devido à inclusão das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil na base de dados das séries.

<sup>3</sup> A PNAD foi interrompida no ano de 2010 devido à realização censo demográfico. Sendo assim, optou-se por utilizar uma média entre os anos de 2009 e 2011 para estimar os dados do ano de 2010.

natureza monetária e fiscal, o PIB alcançou uma rápida recuperação no ano seguinte, como demonstrado no Gráfico 1 (LOURENÇO, 2010).

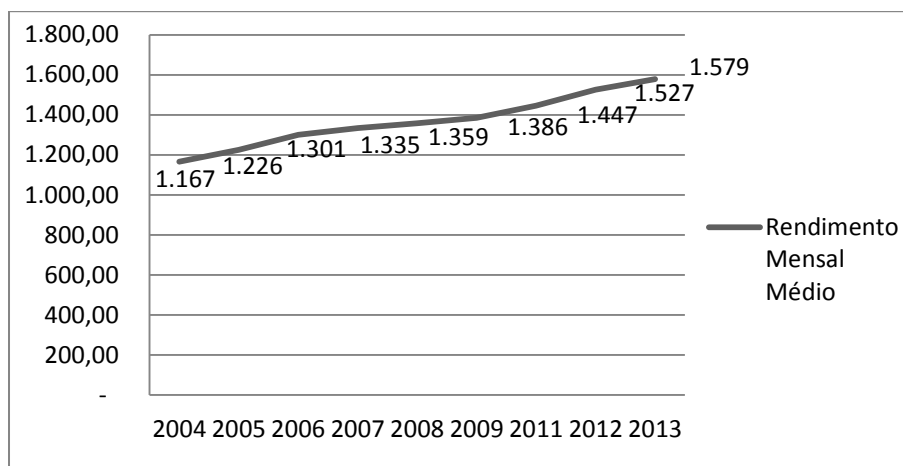
Gráfico 1: Variação anual do PIB brasileiro em % (2004 – 2013)



Fonte: Dados da Série Histórica do PIB do IBGE (feito pelo IBGE com dados das Contas Nacionais da FGV).

O crescimento das exportações na primeira fase, e da demanda foram fatores que estimularam a produção e incentivaram a ampliação do emprego e da renda. Esse incremento do emprego e da renda foram fatores que levaram ao aumento do consumo e do investimento, que geraram maiores importações (LEONE E BALTAR, 2008). O crescimento dessa demanda interna foi fomentado principalmente pelo endividamento das famílias e pela política de recuperação do salário mínimo. Essa última promoveu um aumento do salário médio e uma melhora na distribuição dos rendimentos do trabalho (SABOIA E KUBRUSLY, 2014). Ao verificarmos o rendimento médio real dos brasileiros, deflacionado pelo INPC com base em setembro de 2013, notamos pelo Gráfico 2 que há um crescimento quase que constante ao longo do período analisado, 2004-2013. A variação ficou em torno de 4% de crescimento ao ano em média, o que levou a um aumento real de mais de 400 reais ao longo do período. Um dos fatores que impactou tal crescimento foi o aumento real do salário mínimo, que cresceu 74% entre os anos de 2003 e 2013 (SABOIA, 2014).

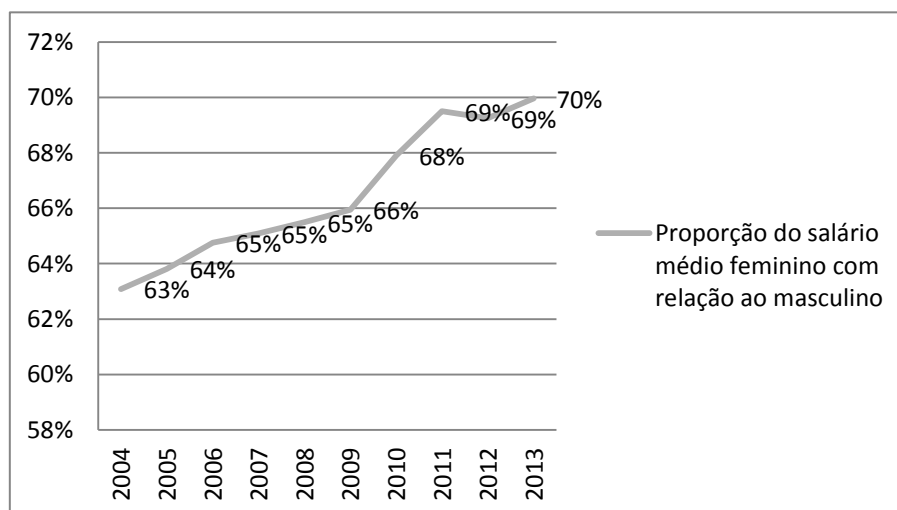
Gráfico 2: Rendimento médio mensal real das pessoas de 15 anos ou mais de idade em reais (R\$) (2004 – 2013)



Fonte: IBGE – Indicadores Harmonizados com base nos dados da PNAD (2004-2013)<sup>4</sup>

Essa política de valorização do salário mínimo é apontada por Andrade (2016) como um dos fatores essenciais para a redução nas desigualdades salariais no período, uma vez que aumentou os rendimentos na base da pirâmide, isto é, da parcela de pessoas ocupadas mais pobres, o que historicamente é majoritariamente representado por mulheres. Segundo os dados da PNAD, desenvolvidos no Gráfico 3, no ano de 2004 as trabalhadoras eram remuneradas aproximadamente 37% a menos do que os trabalhadores homens, em contrapartida no ano de 2013, esse *gap* se reduziu para 30%.

Gráfico 3: Proporção do salário médio feminino com relação ao masculino (2004 – 2013)

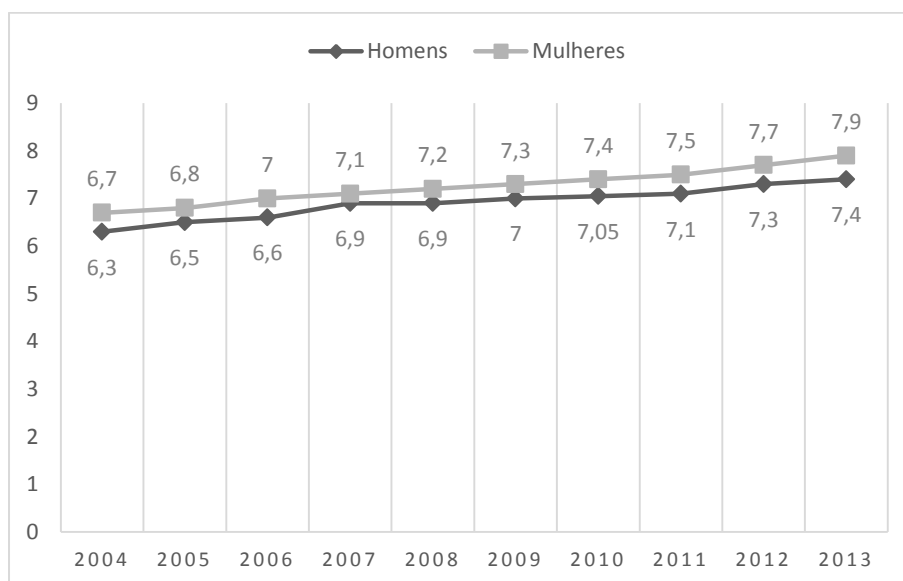


Fonte: Dados da PNAD.

<sup>4</sup> Valores encontrados no IBGE já inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2013.

Essa elevação da renda é associada diretamente à escolaridade segundo Andrade (2016). Para ambos os sexos conforme a escolaridade aumenta o rendimento médio também se eleva. No entanto, de acordo com os dados da PNAD, embora as mulheres tivessem um rendimento inferior ao masculino durante o período analisado, sua escolaridade média era maior que a dos homens. Em média durante o período de 2004 a 2013, o diferencial era de 0,4 anos de escolaridade média favorável às mulheres. Houve um crescimento constante, ainda que a pequenos passos, da escolaridade feminina que não foi acompanhado pela masculina, gerando assim, com o passar dos anos, um diferencial cada vez maior como podemos observar no Gráfico 4.

Gráfico 4: Anos de escolaridade média de pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo (2004 – 2013)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento com dados da PNAD (2004-2013)

A elevação na escolaridade feminina transformou grande parte de trabalho não qualificado em qualificado o que permitiu maior absorção de mulheres no mercado do trabalho (KON, 2013). Entretanto o aumento da escolaridade não significou uma melhora nos rendimentos femininos, muito pelo contrário. Em 2011, a desigualdade entre os rendimentos cresceu nos níveis de maior escolaridade, isto é, nesse ano, mulheres com mais de 12 anos de estudo recebiam em média 65% do rendimento-hora dos homens dessa mesma faixa, enquanto mulheres com até 4 anos de estudo recebiam aproximadamente 76% do rendimento dos homens (ANDRADE, 2016). A partir disso notamos que, apesar de contraditório, os dados indicam que o fator “sexo” ainda é mais

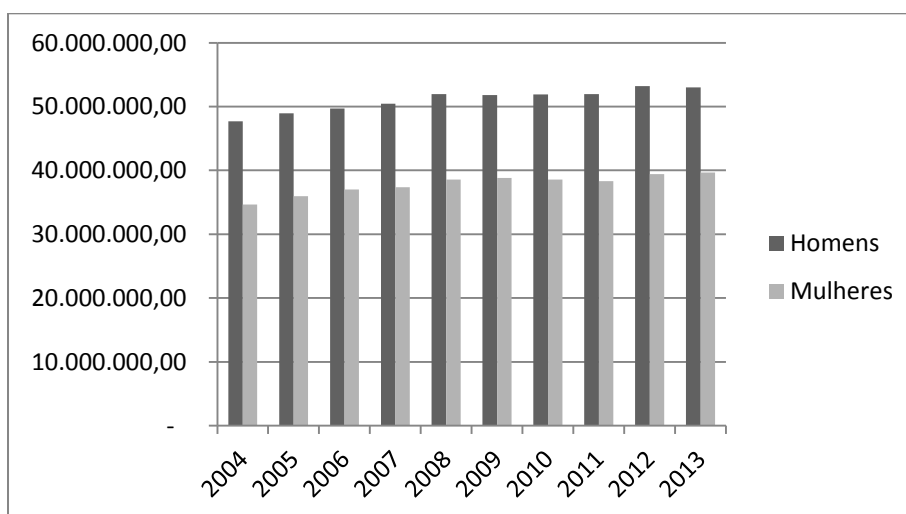


determinante do que “anos de estudo” para a contratação da mão de obra.

Outros fatores que também contribuíram para a melhora do mercado de trabalho em geral foram a simplificação tributária para as pequenas empresas, o aumento do crédito interno e a maior formalização das relações de trabalho (SABOIA E KUBRUSLY, 2014). De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged), a criação de empregos formais no país entre 2004 e 2013 foi de 13,4 milhões de empregos líquidos. Com base nos dados da PME, houve um aumento percentual de 44% para 55% da População Economicamente Ativa (PEA) dos empregados com carteira assinada (SABOIA, 2014).

Devemos notar, contudo, que essa criação de empregos pouco modificou no diferencial entre homens e mulheres ocupados<sup>5</sup>, ou seja, não ajudou na redução das desigualdades de inserção no mercado de trabalho. As mulheres representavam aproximadamente 43% da força de trabalho ao longo de 2004 a 2013. A quantidade de ocupadas era de, em média, 74% em relação aos homens ocupados durante o período (PNAD 2004 -2013). A variação anual da ocupação feminina só foi maior que a dos homens entre os anos de 2004 e 2005, 2005 e 2006 e entre 2011 e 2012. Nos demais anos a variação é similar à masculina.

Gráfico 5: Quantidade de homens e mulheres, com 14 anos ou mais, ocupados (2004 – 2013)



Fonte: Dados da PNAD (2004-2013)

Os dados da PNAD indicam pequenas variações no número de ocupados entre os anos,

<sup>5</sup> Sabendo que são classificadas como desocupadas pessoas sem trabalho em ocupação que tentaram conseguir emprego no período de referência de 30 dias.

tanto para homens quanto para mulheres. A máxima variação observada entre dois anos consecutivos é de 4% no caso feminino e 3% no caso masculino. No período, a taxa de ocupação masculina reduz de 77% para 75%, enquanto das mulheres cresce de 51% para 53%. Mesmo com esse crescimento da ocupação feminina, a taxa de inatividade<sup>6</sup> das mulheres ainda se mantinha maior que a dos homens. No ano de 2009, 41% das mulheres estavam inativas, contra 18% dos homens e a média de idade das mulheres inativas era de 52 anos em contrapartida de 64 anos da masculina (ANDRADE, 2016).

O aumento da taxa de ocupação feminina, entretanto, não pode ser considerado um indicador de superação das desigualdades entre os sexos, principalmente se analisado separadamente. A participação das mulheres no mercado de trabalho ainda ocorre de forma distinta da masculina (ANDRADE, 2016). É possível verificar a existência de padrões de segregação e discriminação em relação ao sexo no mercado de trabalho que podem ser influenciadas por questões culturais (KON 2013).

A segmentação setorial aqui apresentada se relaciona em determinado grau a efeitos de segmentação que tem como causa a discriminação em relação às funções ditas como “femininas” e “masculinas”, baseadas em valores sociais construídos previamente. À medida que a participação feminina na força de trabalho se ampliou, verificou-se que tanto ocupações tidas como “femininas” quanto às “masculinas” tiveram um aumento da força de trabalho das mulheres. Contudo, as evidências empíricas ainda apontam que a segmentação favorece os homens, seja em termos de remuneração, rotatividade ou proteção trabalhista (KON, 2013).

Essas diferenças de inserção nos setores da economia estão associadas à noção de que a mão de obra feminina é vista como complementar e secundária, uma vez que seu papel social inicial é o reprodutivo e não o produtivo. Um reflexo dessa noção é o fato de o serviço doméstico ser o nicho do trabalho feminino, destacando-se os empregos como: empregada doméstica, faxineira, diarista, babá, cozinheira, entre outros (ANDRADE, 2016). Segundo os dados da PNAD, podemos afirmar que, em média, a mão de obra feminina representava em torno de 93% do setor no período analisado.

---

<sup>6</sup> Sabendo que a taxa de atividade é a percentagem das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade segundo o IBGE.

Tabela 1: Percentual de ocupação feminina nos setores da economia (2004 -2013)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Administração pública	37%	38%	38%	38%	39%	40%	40%	41%	41%	40%
Agrícola	32%	33%	33%	33%	32%	31%	31%	31%	30%	30%
Alojamento e alimentação	50%	51%	52%	52%	54%	53%	54%	54%	56%	58%
Atividades mal definidas	9%	8%	8%	16%	13%	7%	16%	24%	17%	14%
Comércio e reparação	38%	39%	39%	39%	40%	40%	41%	42%	42%	42%
Construção	2%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Educação, saúde e serviços sociais	78%	77%	78%	77%	77%	76%	77%	77%	77%	77%
Indústria de transformação	37%	38%	37%	37%	37%	38%	38%	37%	38%	37%
Outras atividades	37%	36%	37%	38%	39%	39%	39%	40%	41%	43%
Outras atividades industriais	11%	13%	13%	13%	14%	14%	14%	13%	13%	12%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoa	59%	59%	59%	60%	61%	60%	61%	63%	64%	64%
Serviços domésticos	93%	93%	93%	94%	94%	93%	93%	93%	92%	93%
Transporte, armazenagem e comunicação	12%	13%	13%	14%	14%	14%	13%	13%	13%	13%

Fonte: Dados da PNAD

Como já citado, existem setores da economia que são majoritariamente compostos por mulheres como os setores de serviços domésticos, educação, saúde, serviços sociais, alojamento e alimentação e serviços coletivos, sociais e pessoais. De acordo com os dados da PNAD do período estudado, notamos que os efeitos do crescimento econômico não alteraram de forma definitiva a inserção feminina, uma vez que esses setores ainda são os com maior mão de obra feminina. A variação da proporção de mulheres nos setores de serviços domésticos e de educação, saúde e serviços sociais foi pouco significativa, enquanto nos setores de alojamento e alimentação e serviços coletivos, sociais e pessoas a proporção de mão de obra feminina aumentou. Nota-se também que os setores majoritariamente masculinos, como construção e outras atividades industriais, pouco variaram em termos de entrada de mulheres.

É preciso analisar, além disso, que esses setores majoritariamente compostos por mulheres eram os que possuíam menor rendimento médio. Com o deflator do ano de 2013, notamos que os salários médios dos setores de serviços domésticos, alojamento e alimentação e serviços coletivos, sociais e pessoais eram de R\$155, R\$320 e R\$350 respectivamente no ano de 2004. Em 2013, esses salários médios já se mostravam maiores. Estavam em torno de R\$650, R\$1165, R\$1355, respectivamente. O setor com maior rendimento médio em ambos os anos era o de outras atividades industriais, que possuíam cerca de 60% de homens em sua composição (PNAD 2004 – 2013).

Contudo, devemos notar que os homens foram afetados de forma negativa durante os anos

de 2004 a 2013. Os setores que tiveram as menores variações salariais do período foram os de transporte, armazenagem e comunicação, outras atividades, indústria de transformação e comércio e reparação, sendo que desses somente o último possui um número significativo de mulheres empregadas (40%). Além disso, o setor agrícola que possuía a menor remuneração média do período, em torno de R\$360, teve seu número de mulheres reduzido em relação aos homens, decrescendo em 2 pontos percentuais. Entretanto, a porcentagem de mão de obra feminina ainda mostrava-se relevante no setor, em torno de 30% dos empregados.

Embora seja possível observar algumas correções nas assimetrias entre os sexos, elas foram muito modestas se comparadas com o crescimento econômico do país. Ou seja, as melhorias no mercado de trabalho como a elevação do salário médio e a expansão da proteção dos trabalhadores afetaram tanto a homens quanto mulheres. A aceleração da entrada feminina no mercado de trabalho se deu principalmente em setores de menor produtividade, uma vez que a maioria dos empregos gerados foi de até dois salários mínimos. Assim como mais mulheres foram empregadas no período (2004-2013), elas também eram a maioria dos desempregados (LAVINAS et al, 2016).

A redução dos diferenciais salariais ficou aquém do crescimento do salário médio. Enquanto a variação salarial média do período foi de 14 pontos percentuais ao ano, a redução do diferencial foi de pouco mais de um ponto percentual ao ano (PNAD 2004 - 2013). Esse fato se torna ainda mais grave se contrastamos com a escolaridade média feminina, que se mostrou superior a masculina. Sendo assim, “mais uma vez o crescimento econômico parece não impactar as desigualdades de gênero que estruturam e configuram o mercado de trabalho” (LAVINAS et al, 2016; 80).

## 2.2. PERÍODO DE CRISE (2014 – 2017)<sup>7</sup>

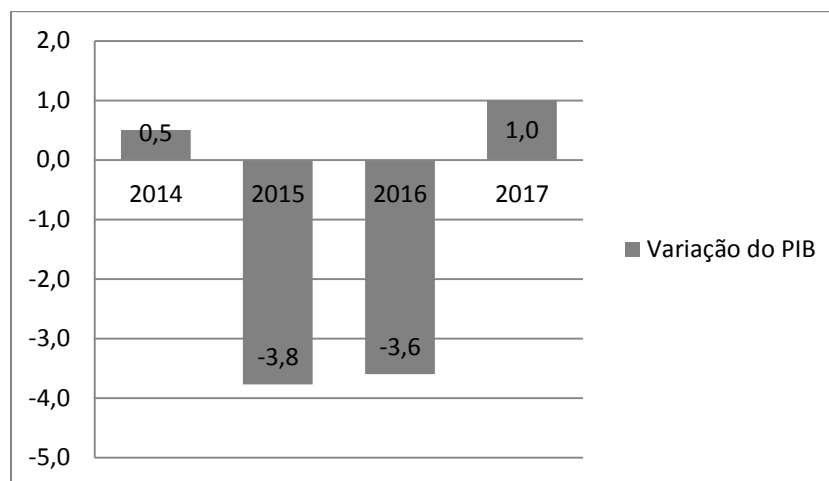
O desempenho econômico do país, no primeiro semestre de 2014, foi marcado por tendências aparentemente conflitantes. Se por um lado o PIB já demonstrava desaceleração, o mercado de trabalho ainda não acompanhava essa tendência. As taxas de desemprego não registravam aumentos condizentes com os baixos patamares do crescimento da economia (DIEESE, 2014), embora a queda no PIB por dois trimestres consecutivos já permitisse a

---

<sup>7</sup> Como a PNAD foi encerrada no ano de 2016, optou-se pelo uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para analisar os dados do período. É importante notar que a PNADC disponibiliza dados trimestrais, o dado anual utilizado foi encontrado por meio de uma média entre os trimestres.

classificação da economia do Brasil como em recessão (IPEA, 2015).

Gráfico 6: Variação anual do PIB brasileiro (2014 -2017)



Fonte: Dados da Série Histórica do PIB do IBGE (feito pelo IBGE com dados das Contas Nacionais da FGV).

Conforme o Gráfico 6, os dados do IBGE apontam que o ano de 2014 encerrou em um cenário de estagnação econômica que evoluiu para uma maior recessão nos anos seguintes, quando o PIB chegou a ter variações negativas. Ao analisarmos por setores, nota-se que, no período, o setor secundário teve um declínio de quase 13% e o terciário diminuiu 5,6%, entre o primeiro trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2017 (POCHMANN, 2018). Combinado a pressões inflacionárias, esse contexto de estagnação foi puxado principalmente pela redução na taxa de investimento, que começou a indicar variações negativas já a partir do segundo semestre de 2014 (ROSSI e MELLO, 2017). Do primeiro trimestre de 2014 até o segundo trimestre de 2017, os investimentos caíram quase 30% (POCHMANN, 2018).

Essa redução da taxa dos investimentos pode ser atribuída, segundo Rossi e Melo (2017), a causas como falhas na condução da política econômica, fatores políticos, como a incerteza eleitoral de 2014, fatores internacionais, como a queda no preço das commodities e até a fatores institucionais ou jurídicos. Além disso, deve-se notar que para entender a crise que se instaurou na economia brasileira é preciso levar em conta o choque recessivo, como choques fiscal, cambial e monetário e as políticas de austeridade desenvolvidas na época (ROSSI e MELLO, 2017).

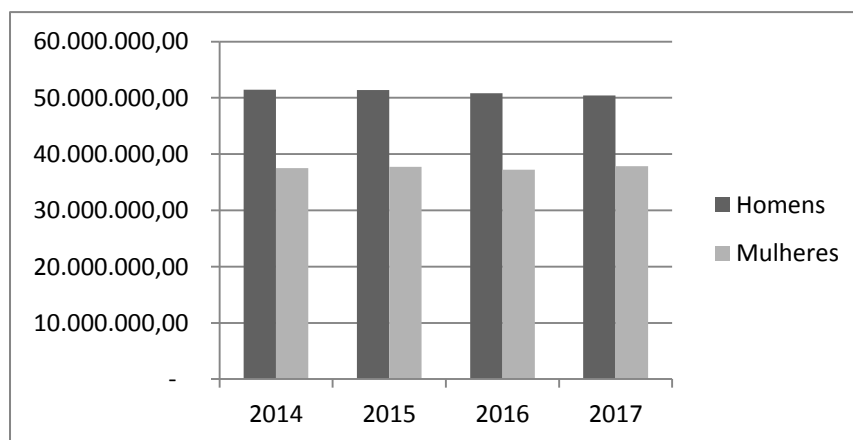
O contexto econômico que se iniciou no ano de 2014 afetou diretamente no desempenho do mercado de trabalho. Um dado que pode ser utilizado para demonstrar essa queda no

desempenho no mercado de trabalho é a taxa de desocupação da força de trabalho. Durante o período de crise analisado, a taxa de pessoas desocupadas de 14 anos ou mais de idade, aumentou de aproximadamente 7% para 13% (PNADC, 2014 - 2017). Além disso, devemos notar também que a quantidade de ingressantes na população em idade ativa foi de cerca de seis milhões de indivíduos, sendo que desses seis milhões, 4,8 constituíram a população economicamente ativa (PEA) (POCHMANN, 2018).

A maior queda na ocupação aconteceu principalmente entre os trabalhadores familiares auxiliares e de empregados com carteira assinada, sendo que esses últimos tiveram um decréscimo de 3,6 milhões de postos de trabalho. Por outro lado, o emprego sem carteira assinada, ou informal, aumentou em 500 mil postos de trabalho. As maiores perdas de postos de trabalho foram no setor secundário. A indústria, por exemplo, reduziu 1,7 milhões de postos de trabalho (POCHMANN, 2018).

É importante tratarmos de como esse aumento no número de desocupados afetou aos homens e as mulheres. Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios Contínua (PNADC), ao longo dos anos de 2014 a 2017, observou-se pouca variação da quantidade de mulheres em relação aos homens, ou seja, durante esse período a força de trabalho feminina representava apenas 73% em comparação à masculina (PNADC, 2014 - 2017). Dessa forma, podemos dizer que a crise pouco afetou a proporção entre mulheres e homens ocupados. As mulheres ainda se inseriam menos no mercado de trabalho do que os homens, de acordo com o Gráfico 7.

Gráfico 7: Quantidade de homens e mulheres, com 14 anos ou mais, ocupados (2014 – 2017)



Fonte: Dados PNADC

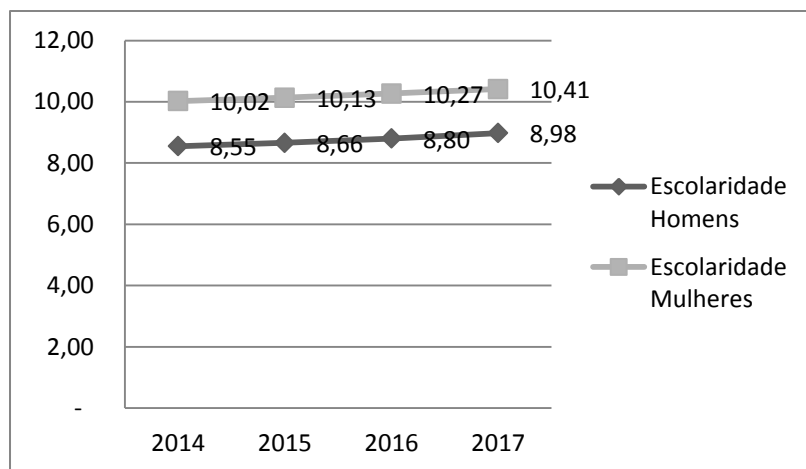
Contudo, segundo Baltar e Leone (2018), essa pequena diminuição da população ocupada foi acompanhada por um aumento no número de pessoas desempregadas. Entre 2014 e 2016, a taxa de desemprego aumentou de 6,5% para 12%. Isso se deu porque a população economicamente ativa aumentou em mais de 3% entre 2014 e 2016. Com essa queda do emprego no país, foi possível observar também um fenômeno de informalização da economia. “O grau de formalidade dos contratos de trabalho caiu de 78,1% para 77,5%.” (BALTAR e LEONE, 2018;47). É preciso apontar também que essa maior informalidade na economia se deu mais pelo aumento de contratações sem carteira assinada do que pela queda dos contratos formais.

Apesar do contexto de crise do país não ter afetado em grandes números a ocupação e a proporção dos ocupados por sexos, e ter afetado mais o número geral de desempregados, ele também embarreirou a melhora do diferencial entre os rendimentos médios de homens e mulheres. Ao tratarmos os microdados da PNADC, temos que as mulheres recebiam em média aproximadamente 75% em comparação aos homens em 2014, 76% em 2015, 78% em 2016 e 77% em 2017. Ou seja, a variação máxima entre os anos descritos foi de dois pontos percentuais, enquanto a média foi de apenas um ponto percentual.

Para analisar essa ruptura no contexto anterior de melhora do diferencial dos rendimentos devemos analisa-la em conjunto com a movimentação do salário médio geral da economia. Ao deflacionarmos o salário médio pelo ano de 2017, notamos que o crescimento observado nos anos anteriores aqui já não se fazia tão presente. A variação entre os salários médios anuais recuou de um pequeno aumento de 18% nos anos iniciais para um aumento de apenas 7% nos anos finais. Ou seja, os salários médios não demonstraram grandes crescimentos assim como os salários femininos.

A escolaridade geral apresentou também avanços moderados. Com base nos dados da PNADC dispostos no gráfico abaixo, tanto para homens quanto mulheres o avanço anual da escolaridade foi de cerca de 1%. Manteve-se assim o padrão observado nos anos anteriores, nos quais a escolaridade das mulheres era superior a um ano em relação aos homens. Em média, entre os anos de 2014 e 2017, as mulheres estudavam 1,46 anos a mais do que os homens. O hiato seguiu aumentando.

Gráfico 8: Escolaridade média entre os sexos em anos (2014 - 2017)



Fonte: Dados PNADC

A divisão entre a mão de obra feminina e masculina nos setores da economia também pouco se alterou. Como já citado acima, analisar essa forma inserção da mão de obra nos permite entender o preconceito associado às funções desempenhadas por ambos os sexos, ou seja, entender que a maneira como os sexos se inserem no mercado não é despreziosa e sim carrega noções de pertencimento, de funções entendidas como “femininas” e “masculinas”.

Ao verificarmos os dados da PNADC dispostos na Tabela 2, percebemos que os serviços domésticos se mantiveram como o principal ramo de inserção feminina, sendo ele composto por em média 93% de mulheres e por uma média salarial de R\$ 690, a mais baixa de todos os setores analisados. Já os setores que possuíam as melhores remunerações médias durante os anos de 2014 a 2017 eram o de outras atividades industriais e a administração pública, que remuneravam em média R\$ 3175 e R\$ 3170 respectivamente. Notamos que a participação feminina nesses setores é reduzida, exceto no setor da Administração Pública, no qual as mulheres são pouco mais de 40%. Essa exceção se dá pelo fato de a maioria do emprego nesse ramo ser feito via concursos, o que dá pouco espaço para a discriminação entre os sexos.



Tabela 2: Percentual de ocupação feminina nos setores da economia (2014 – 2017)

	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Administração pública</b>	44%	41%	40%	41%
<b>Agrícola</b>	13%	13%	14%	13%
<b>Alojamento e alimentação</b>	58%	57%	55%	55%
<b>Comércio e reparação</b>	43%	43%	42%	42%
<b>Construção</b>	3%	3%	3%	3%
<b>Educação, saúde e serviços sociais</b>	76%	76%	76%	76%
<b>Indústria de transformação</b>	35%	35%	35%	36%
<b>Outras atividades</b>	47%	47%	47%	47%
<b>Outras atividades industriais</b>	14%	15%	16%	16%
<b>Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</b>	32%	33%	32%	31%
<b>Serviços domésticos</b>	93%	93%	92%	93%
<b>Transporte, armazenagem e comunicação</b>	12%	11%	10%	11%

Fonte: Dados PNADC

A partir desse breve panorama dos períodos recentes do mercado de trabalho no Brasil, demonstra-se a grande distância entre homens e mulheres nos aspectos de inserção, remuneração, escolaridade e ocupação. Com um enfoque das relações entre os sexos, notamos que as características da divisão sexual do trabalho ainda se fazem presentes nos dias de hoje e dificultam a melhora do contexto feminino no mercado. Sua mão de obra ainda é entendida como secundária, e que a qualquer momento pode se retirar, ou ser retirada, do mercado de trabalho. Se a estabilidade e o crescimento econômico tem impacto positivo nesse contexto, a estagnação pouco altera as desigualdades observadas (LAVINAS et al, 2016). Entender como se dá o impacto da economia no mercado de trabalho e nas suas desigualdades entre homens e mulheres é decisivo para que se possa revertê-las através da formulação de políticas públicas eficientes.

### **CAPÍTULO III: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (2004 – 2017)**

Como já destacado ao longo desse estudo, nas últimas décadas, as mulheres vêm conseguindo se inserir cada vez mais no mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, como já demonstrado, essa inserção não se dá de forma igualitária em relação aos homens. As taxas de desemprego femininas ainda são superiores às masculinas. As mulheres se concentram mais em ocupações informais, de tempo parcial e/ou menos remuneradas e se segmentam principalmente nos setores de serviços domésticos, de educação, saúde e pessoais (KON, 2013).

Verificamos no capítulo anterior que os contextos econômicos analisados impactam nas disparidades entre os sexos no mercado de trabalho, contudo se mostraram pouco expressivos em solucionar questões estruturais dessas desigualdades. Essas questões estruturais de segregação, discriminação e informalidade das mulheres são influenciadas por questões sociais e culturais. Uma dessas questões é a carência de políticas públicas eficientes destinadas a melhorar essa condição de inserção feminina no mercado de trabalho, seja através de programas de treinamento ou através de políticas antidiscriminatórias (KON, 2013).

É importante notar que políticas públicas voltadas para redução das desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho, entre outras questões, são discutidas desde as décadas de 80 e 90 no Brasil e, com o passar dos anos vem ocupando cada vez mais a pauta dos debates governamentais. Na área de saúde reprodutiva e combate a violência, alguns exemplos que podemos citar são: o Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM) criado em 1983, ação pioneira do Estado brasileiro focada para as mulheres, a criação da Delegacia de Defesa da Mulher em 1985, a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher em 1995, entre outras (ARAUJO E ADRIÃO, 2017).

Sabe-se também que existem alguns fatores chave que influenciam a decisão da mulher sobre sua intensidade da participação no mercado de trabalho tais como a disponibilidade de serviços de cuidados para crianças, através de creches, o oferecimento de serviços para cuidados com a casa e a flexibilidade da jornada de trabalho. Isso se dá devido às condições específicas em relação às responsabilidades e exigências familiares e profissionais entre os sexos. A entrada das mulheres no mercado de trabalho não representa um abandono das funções domésticas e sim um acréscimo de tarefas (KON, 2013b). Dessa forma, o trabalho feminino não depende apenas da demanda de mercado, mas também desses fatores chave já citados. Essas limitações socialmente

impostas às mulheres constantemente levam a sua alocação em atividades informais, logo mais instáveis e com remuneração inferior às formais (KON, 2012).

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) determina que as estratégias para transversalização do enfoque de gênero em ações governamentais devem promover as articulações entre políticas de emprego e renda com as demais políticas que promovem educação e formação profissional, saúde, cuidado infantil e da casa, proteção social, entre outras. Algumas dessas políticas dizem respeito ao acesso feminino às políticas de igualdade de condições no mercado de trabalho, principalmente com relação à taxa de desemprego e de acesso a áreas de melhor remuneração e cargos mais altos, à revisão dos sistemas tributários a fim de melhorar a incorporação laboral feminina e ao acesso a serviços de cuidado infantil (KON, 2013b).

Analisar as políticas públicas a partir da perspectiva do gênero nos permite entender em que medida as iniciativas do Estado durante o período de 2004 a 2017 contribuíram para os cenários observados ao longo do Capítulo 2. Para tratarmos desse período é preciso voltar ao ano de 2003 com a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), com status de ministério, por meio da lei número 10.683 (ALTOÉ E SILVA, 2017).

Foi com o apoio da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) que se desenvolveram os enfoques de igualdade de gênero no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Os principais objetivos do PPA diziam respeito à inclusão social e redução de desigualdades, expansão da cidadania e da democracia e geração de emprego e renda. Focaremos aqui nos objetivos de inclusão social e redução de desigualdades. As ações governamentais do plano se focavam em uma política de segurança alimentar e nutricional consolidada no Programa Fome Zero, uma política de igualdade racial e uma política de promoção da igualdade de gênero (BANDEIRA, 2005).

Verificando os programas direcionados especificamente para mulheres, nota-se que os pontos chave relacionados à saúde, que visavam acesso das mulheres à saúde forma integral, humanizada e de qualidade, ao combate da violência, à gestão da política de gênero, ou seja, coordenar e formular políticas de igualdade, à proteção social, que promovia a inclusão social de indivíduos em situações de vulnerabilidade e à igualdade nas relações de trabalho, sendo esse último nosso foco principal. O programa de igualdade nas relações de trabalho tinha como público alvo as mulheres inseridas na população economicamente ativa e visava a inclusão das

trabalhadoras no mercado com acesso, ascensão e direitos trabalhista em paridade com os trabalhadores homens (BANDEIRA, 2005).

Deve-se destacar que o PPA 2004-2007 trouxe à tona demandas que anteriormente eram invisibilizadas e, conseqüentemente, pouco atendidas. É claro que os planos plurianuais dos períodos anteriores traziam a defesa dos direitos humanos como estratégia das ações do governo. O diferencial do PPA 2004-2007 é o reconhecimento de que a exclusão social e as desigualdades não estão relacionadas somente com a questão econômica. Esse entendimento demonstra o avanço em relação às formulações anteriores, visto que incorpora as demandas dos grupos socialmente discriminados. Além disso, a formulação do plano também contou com a participação de segmentos da sociedade civil desde 2002 (BANDEIRA, 2005).

O desafio principal desse novo plano era quanto à distribuição da inclusão das minorias sociais nas esferas de atuação do Estado. No caso das mulheres, para tentar atingir esse novo desafio foi proposto o recorte transversal de gênero, ou seja, um olhar mais focado na formulação e implantação das políticas públicas (BANDEIRA, 2005).

Entretanto, devemos assinalar que o Plano Plurianual não foi o único a tratar das políticas públicas com enfoque nas mulheres. Em 2004, em conjunto com a Secretaria de Políticas para Mulheres, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres com a presença de mais de 1700 delegadas que representavam a sociedade civil e gestores públicos. No total, a conferência envolveu cerca de 120 mil mulheres de todas as regiões do país (ALTOÉ E SILVA, 2017). Os principais pontos discutidos foram a educação inclusiva e não sexista, violência contra mulheres, saúde das mulheres e direitos reprodutivos e autonomia e igualdade no mundo do trabalho (ARAÚJO E ADRIÃO, 2017). A partir dos assuntos debatidos nesse evento, originou-se o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) 2004 -2007 (ALTOÉ E SILVA, 2017).

A elaboração do I PNPM 2004-2007 se iniciou em julho de 2004 e se deu através de um grupo de trabalho interministerial que uniu os Ministérios da saúde, da educação, do trabalho e emprego, da justiça, do planejamento, orçamento e gestão e do desenvolvimento, em consonância com as secretarias de promoção da Igualdade Racial e de políticas para as mulheres. O pontapé inicial para o desenvolvimento do plano é o reconhecimento por parte do governo do seu papel como promotor e articulador de ações políticas, e que cabe a ele garantir que essas políticas atinjam as pessoas necessitadas no sentido de minimizar as desigualdades sociais do país. E para

isso, seu modelo de gestão atua em conjunto com os movimentos e setores sociais (SPM, 2004).

As políticas do I PNPM 2004-2007 partem do pressuposto de que a definição dos papéis sociais entre os sexos é uma construção histórica, política e cultural, e que, portanto, é passível de ser mudada. Suas ideias pressupõem um rompimento da visão corrente das mulheres que as desqualifica e discrimina colocando-as em uma posição de subordinação aos homens. A formulação das políticas se orienta por alguns princípios básicos como a igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, universalidade das políticas, justiça social, transparência entre outros. Além disso, há uma noção clara de que as mulheres não são todas iguais e que as políticas devem levar em consideração essas diferenças (SPM, 2004). Na descrição do programa coloca-se que:

A Política Nacional para as Mulheres visa construir a igualdade e equidade de gênero, considerando todas as diversidades – raça e etnia, gerações, orientação sexual e deficiências. As mulheres são plurais, e as políticas propostas devem levar em consideração as diferenças existentes entre elas (SPM, 2004; 31).

Os principais focos do I PNPM 2004-2007 repetem os quatro pontos tratados I Conferência Nacional de Políticas. Como já dito, aqui focaremos na autonomia e igualdade no mundo do trabalho. Contudo, devemos notar que os demais pontos, isto é, a educação inclusiva, a violência contra mulheres e a saúde das mulheres e direitos reprodutivos, também impactam na entrada das mulheres no mercado de trabalho.

O núcleo de autonomia e igualdade no mundo do trabalho traz como objetivos promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, promover a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho, ampliar a inclusão das mulheres na questão agrária, promover políticas que posicionem as mulheres como sujeitos sociais e políticos e promover o direito à vida na cidade com qualidade (SPM, 2004). Há também uma listagem das prioridades das ações do núcleo. A primeira é ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, seguida pelo aumento da autonomia econômica e financeira das mulheres, promoção de relações de trabalho não discriminatórias no mercado, garantia do cumprimento da legislação, principalmente no âmbito do trabalho doméstico remunerado e a ampliação do exercício da cidadania das mulheres (SPM, 2004).

Algumas das principais ações definidas pelo programa associadas a essas definições eram priorizar a mão-de-obra feminina nas ações do Sistema Nacional de Emprego, ampliar a formalização das relações de trabalho com foco nas mulheres, promover a realização de cursos de

capacitação para as mulheres, apoiar projetos de geração de emprego e renda com foco nas famílias chefiadas por mulheres, ampliar e informar sobre o acesso ao crédito disponível para empreendimentos femininos, estabelecer metas percentuais de mão de obra feminina nas contratações de prestadores de serviços ao governo, incluir em convenções trabalhistas cláusulas de direitos iguais no trabalho, realizar campanhas de valorização do trabalho doméstico e divulgação da legislação de seus direitos, entre muitas outras (SPM, 2004).

Durante o período de desenvolvimento do I PNPM mais de 2500 mulheres foram capacitadas em projetos destinados à geração de emprego e renda e foram capacitadas 5500 mulheres quilombolas. O governo também apoiou técnica e financeiramente 300 grupos que desenvolveram projetos de geração de trabalho e renda de famílias chefiadas por mulheres. Dos projetos avaliados pelo programa Crédito Jovem Empreendedor 384 dos 686 eram de mulheres. Em 2005 o Programa Trabalho Doméstico Cidadão realizou a publicação, divulgação e distribuição de 50 mil exemplares da Cartilha “Trabalho Doméstico: Direitos, Deveres e Orientações”. Com base nessas definições mais gerais, o plano também delimitou alguns números que deveriam ser atingidos. Um exemplo é a meta de manter a média nacional em 50% da participação de mulheres nos trabalhadores capacitados pelo Programa Nacional de Qualificação (PNQ) foi superada em 6% em 2005 (SPM, 2006).

Analisar os dados do mercado de trabalho do período de vigência do I PNPM é essencial para o entendimento de seus impactos na redução das desigualdades. É claro que não se deve apontar o plano como único ator para as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Como já demonstrado no capítulo dois, o contexto econômico também é um fator chave.

Ao contrastarmos as prioridades definidas no I PNPM com os dados do período da PNAD de 2004 a 2007 notamos que houve impactos em termos de maior entrada de mulheres no mercado de trabalho. Entre os anos de 2004 a 2007, o número de mulheres ocupadas cresceu de cerca de 34 milhões para 37 milhões, contudo a proporção de mulheres ocupadas na mão de obra era de aproximadamente 43%. Ou seja, até ocorreu um aumento na ocupação feminina, mas a proporção de mulheres na força de trabalho pouco mudou. Analisando a autonomia financeira feminina e relações não discriminatórias em termos de salários notamos de fato uma melhora na proporção do salário médio feminino em relação ao masculino no período, saindo de 63% para 65% (PNAD 2004-2007).

A avaliação do I PNPM feita pelo governo indicou que o principal avanço realizado pelo

plano ocorreu em relação à institucionalização de políticas para mulheres e sua implantação, ou seja, uma maior inserção da temática do gênero na elaboração do planejamento e orçamento governamental e a criação de organismos de coordenação e gerenciamento dessas políticas. Já no que concernem as insuficiências do programa apontou-se a falta de organismos de políticas para mulheres nos governos estaduais e municipais, o baixo orçamento para as políticas destinadas às mulheres, a fragilidade dos mecanismos já existentes, a baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas, dentre outros problemas (SPM, 2008).

Em agosto de 2007, ao final do I PNPM, realizou-se a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que em conjunto com o novo Plano Plurianual 2008-2011 e a Agenda Social do governo deu base para a elaboração do II PNPM 2008-2011. O novo plano se desenvolveu sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e de 18 órgãos da administração federal (MEC, MJ, MS, MCid, MDA, MDS, MPOG, MTE, MME, MinC, MMA, Seppir, SEDH, Casa Civil, Secretaria Geral, Secom, Funai e Ipea). Há também uma maior preocupação em articulá-lo com o Plano Plurianual 2008-2011 (PPA 2008-2011), a fim de garantir um maior compromisso com o cumprimento das políticas para mulheres (SPM, 2008).

O II PNPM 2008-2011 possuía 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 10 núcleos de atuação, seis núcleos a mais que no I PNPM. As novas áreas estratégicas diziam respeito à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, desenvolvimento sustentável com garantia de justiça ambiental, inclusão social e segurança alimentar, direito a moradia digna e infraestrutura social, enfrentamento das desigualdades geracionais e cultura, comunicação e mídia não discriminatórias. Os princípios do II PNPM se mantiveram os mesmos do plano anterior (SPM, 2008).

No campo de atuação voltado para autonomia econômica e igualdade no mercado de trabalho, o governo visou uma intervenção mais efetiva através do apoio a projetos estruturantes de maior impacto, mesmo mantendo a maioria das prioridades do plano anterior. O objetivo era ampliar alguns programas já estabelecidos anteriormente em nível nacional além da criação de outros projetos como o programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, desenvolvido em parceria com o Ministério do Turismo e o Programa de Apoio a Comunidades Artesanais em parceria com Ministério da Cultura. Dessa maneira, fica claro que muitos projetos de impacto também se desenvolveram nos anos anteriores como o Programa Trabalho e

Empreendedorismo da Mulher em 2007, o Pronaf Mulher, uma linha de crédito para agricultoras e o Programa Pró-Equidade de Gênero que teve sua primeira edição em 2005 e visava avaliar as empresas através de um Selo Pró-Equidade. Sua última edição se realizou em 2015 (SPM, 2008).

Algumas das principais ações propostas pelo II PNPM eram reservar pelo menos 30% das vagas nas frentes de trabalho do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para mulheres, incentivar a inserção das jovens no programa Projovem trabalhador, incentivar e realizar ações para inserção de mulheres com deficiência no mercado de trabalho, estimular a participação de mulheres nos cursos de capacitação e qualificação no Programa Nacional de Qualificação (PNQ), priorizar editais de projetos com inclusão produtiva entre os sexos nos programas do MTE (Ministério do Trabalho) e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), garantir o acesso a serviços socio-assistenciais e socioeducativos, realizar companhias de valorização das ocupações tidas como femininas, fortalecer a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, entre outras. No âmbito do campo, as políticas se voltavam para apoiar ações de fortalecimento de empreendimentos de mulheres rurais, avaliar a concessão de crédito especial para as trabalhadoras rurais e apoiar a formação de Comitês Territoriais de Mulheres (SPM, 2008).

Ao verificarmos as mudanças no mercado de trabalho ocorridas no período notamos que o número de pessoas ocupadas, e conseqüentemente de mulheres, pouco se modificou ao longo dos anos. A proporção de mulheres no mercado ainda era de 43%, como nos anos anteriores do I PNPM. No âmbito do salário médio, os dados da PNAD apontam para um aumento de 4% entre o período de 2008 e 2011. O diferencial entre o salário médio de homens e mulheres sofreu uma redução no período. Em 2008, o *gap* era de 35%, enquanto no ano de 2011 era de 31% (PNAD 2008-2011).

Essa melhora no diferencial salarial entre os sexos, contudo não refletiu numa melhora em termos de inserção setorial. Um exemplo é o fato das mulheres ainda se colocarem no mercado em setores de menor remuneração, como o dos serviços domésticos onde 93% dos ocupados eram mulheres, com o menor salário médio de todos os setores analisados pela PNAD. É importante notar que o núcleo de autonomia econômica dos PNPMs possuía uma linha de ação voltada para promover a valorização e cumprimento da legislação do trabalho doméstico remunerado.

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil. Por ser a primeira mulher



presidente do país, havia uma grande expectativa sobre como se daria a questão da mulher em seu governo. No mesmo ano ocorreu a já conhecida Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em sua terceira edição, com 200 mil participantes e 2.125 delegadas na etapa nacional. No mandato de Rousseff entendia-se que o Plano de Políticas para as Mulheres viria a se tornar um instrumento de política ainda mais importante tendo em vista o maior destaque dado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Um exemplo foi a reestruturação regimental e no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão ocorrida na Secretaria em 2012, contribuindo para o fortalecimento institucional dessa instituição frente ao governo federal (SPM, 2013). A partir do Decreto nº 7765 a SPM o assessoramento direto à Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, elaboração de campanhas antidiscriminatórias de caráter nacional; planejamento da incorporação da perspectiva de gênero na ação do Poder Executivo federal e demais esferas públicas, entre outras competências (BRASIL, 2012).

Ao completar uma década de existência, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) instaurou o III PNPM 2013-2015, visando uma maior presença das temáticas de gênero nas diversas frentes do governo. A terceira edição do plano marcou a consolidação e estabilidade das políticas voltadas para as mulheres, uma vez que mesmo com a mudança presidencial se manteve a continuidade dos PNPMs. O enfrentamento das desigualdades de gênero e a busca pela equidade foram gradativamente se tornando parte da história de luta social do país onde predominam as mulheres, 52% da população (SPM, 2013).

Enquanto isso, o conjunto de ações e políticas de transversalidade de gênero se constituía como uma estratégia para o desenvolvimento democrático. Por meio da gestão dessa transversalidade, visava-se uma reorganização de todas as políticas públicas para incorporar a perspectiva de gênero e, conseqüentemente, a extensão de uma responsabilidade compartilhada para todos os órgãos dos três níveis federativos. Nesse cenário a ideia era de que ao poucos a Secretaria de Políticas para as Mulheres adquirisse um papel de coordenação horizontal (SPM, 2013).

A elaboração do III PNPM 2013-2015 se deu, assim como os anteriores, através de um amplo processo e intenso trabalho interno de todas as áreas da SPM e demais instituições sociais. Um dos órgãos que participou ativamente desse processo foi o CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) que com sugestões, comentários e críticas desenvolveu as ações voltadas

para a articulação e monitoramento do PNPM (SPM, 2013). A fim de aprimorar o processo de gestão e monitoramento do plano, a composição do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM foi reformulada, com adição de 11 novos membros em relação ao II PNPM, somando-se, então, 32 órgãos governamentais e as três representações do CNDM. Por outro lado, a sociedade civil e os movimentos sociais também podiam averiguar e controlar as políticas públicas (SPM, 2013).

É preciso notar também que algumas das metas dispostas no III PNPM 2013-2015 já estavam descritas no Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Dessa forma, o caráter transversal das políticas propostas se apresentou como ainda mais complexo, uma vez que algumas dessas políticas propostas deveriam ser implantadas diretamente pela SPM, enquanto outras seriam instauradas por outras organizações governamentais, cabendo apenas o espaço de monitoramento à SPM. Além disso, algumas das metas das políticas voltadas para mulheres eram entendidas como não quantitativas, o que dificultava suas avaliações (SPM, 2013).

No âmbito da autonomia econômica feminina no mundo do trabalho, o III PNPM 2013-2015 visava transformar o quadro de desigualdade que ainda se apresentava no mercado de trabalho brasileiro. Sete dentre dez homens da população economicamente ativa estavam no mercado de trabalho enquanto para mulheres esse número estava abaixo de cinco. A diferença nos rendimentos também se mantinha. Mulheres recebiam 73,8% dos rendimentos masculinos.

A fim de mudar esse contexto o plano de 2013 visava políticas subdivididas em sete linhas de ação: de promoção da obtenção de documentação civil e jurídica, promoção da proteção e seguridade social das mulheres, ampliação e regulamentação dos direitos das trabalhadoras domésticas, estímulo à capacitação profissional de mulheres, ampliação de mecanismos públicos que favoreçam o aumento do tempo disponível das mulheres, assistência técnica e apoio ao empreendedorismo e promoção da inserção e da permanência das mulheres em relações formais de trabalho não discriminatórias.

Analisar os dados do período de 2013 a 2015 em função das políticas implantadas se torna uma tarefa bastante complicada, uma vez que o período é marcado pelo final do crescimento econômico observado nos anos anteriores e início de uma crise econômica. A perspectiva obviamente não é boa. Em termos de ocupação a proporção entre os sexos no mercado de trabalho pouco se alterou, contudo houve uma contração na melhora do diferencial salarial que se mostrou instável durante o período, o que faz sentido uma vez que o salário médio dos brasileiros

também se reduziu.

No segundo semestre de 2015, após a reeleição de Dilma Rousseff, ocorreu uma reforma ministerial que levou à fusão da Secretaria de Política para Mulheres (SPM) com a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH), criando-se então um único ministério chamado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). Essa fusão foi entendida por alguns setores da sociedade civil como um retrocesso. Contudo, essa reforma não durou muito tempo. Em 2016, teve início o processo de impeachment de Rousseff que culminou no seu afastamento em agosto de 2016 e a ascensão de Michel Temer à presidência.

No início de seu mandato, Temer realizou uma nova reforma ministerial que levou a uma junção do MMIRDH ao Ministério da Justiça, que passou a ser nomeado como Ministério da Justiça e Cidadania (ARAUJO E ADRIÃO, 2017). E com isso as demandas específicas relativas às mulheres, à questão de raça e dos direitos humanos foram de certa forma novamente invisibilizadas.

Mas no sentido de não perder o foco das questões femininas, no mesmo ano foi lançado também o Programa 2016 – Política para as mulheres, voltado para a promoção da autonomia e enfrentamento da violência. O programa possuía seis páginas e discorria sobre os objetivos e ações para tratar das desigualdades. Os principais objetivos do plano eram promover autonomia econômica das mulheres, através do incentivo ao trabalho decente e à equidade de gênero no mercado de trabalho e do incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo; fortalecer a implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, através do apoio a educação de qualidade e políticas culturais mediante a incorporação da temática de gênero; promover uma gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, através do estímulo a uma maior participação social e promover atendimento às mulheres em situação de violência e fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha (SPM, 2016).

O Programa 2016 foi realizado em três ciclos e focava em seis grandes metas: a) transformar o Ligue 180 em disque denúncia; b) realizar discussões e divulgações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; c) ampliar o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal; d) realizar campanhas para o dia internacional da mulher e sobre as conquistas e os desafios para a igualdade; e) capacitação de mulheres; f) realizar reuniões do

Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos. Alguns dos fatos concretos trazidos por essa análise foram as capacitações de quase 40 mil mulheres urbanas, do campo e da floresta, a transformação do Ligue 180 em disque denúncia, a realização de quatro campanhas sobre conquistas e desafios para a igualdade entre homens e mulheres (SPM, 2017)

Em 2017, o programa Brasil Mulher nasceu como uma estratégia para a mobilização nacional em redes. Ele era composto por um Comitê Executivo, cinco núcleos temáticos (Saúde, Educação, Autonomia Econômica, Enfrentamento da Violência e Mulheres no Espaço de Poder e Decisão), cinco Comitês Regionais e um Comitê de Comunicação. Seu documento previa uma série de ações públicas e privadas que visavam um país mais democrático e igualitário. Ainda em 2017, as mulheres recebiam, em média, salários 23% menores que os homens, realizavam dupla, ou até tripla, jornada de trabalho e ocupavam menos de 10% dos espaços de poder no Legislativo e nos Conselhos de Administração das empresas.

As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres fomentadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) através do diálogo com a sociedade civil e outros órgãos governamentais eram o marco para o desenvolvimento dos PNPMS dos anos anteriores. O Brasil Mulher surgiu de acordo com os princípios desenvolvidos nessas conferências e como um instrumento efetivo para consolidar esses princípios através de ações concretas. Para alcançar os objetivos do Brasil Mulher, o Governo Federal propunha uma atuação em rede, isto é, via reuniões com diversos atores dos mais variados seguimentos. Os motivos para esse tipo de atuação eram a busca por uma maior diversidade de opiniões sobre o problema, maior flexibilidade e maior democratização nas decisões.

As principais premissas do Brasil Mulher eram a orientação das ações com base no Objetivo 5º da Agenda 2030 da ONU, que diz respeito a igualdade de gênero, atuação voluntária de movimentos sociais e organismos internacionais e dos Estados e Municípios, devido a sua autonomia e a possibilidade de agregar esforços em diferentes núcleos e regiões. A partir dessas premissas, definiram-se os principais objetivos: contribuir para redução das desigualdades entre homens e mulheres, assegurar direitos sexuais e reprodutivos, eliminar todas as formas de violência, fortalecer a participação das mulheres em espaços de poder e contribuir para sua autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho.

De forma geral, as principais políticas públicas desenvolvidas no Brasil durante o período de 2004 a 2017, demonstram um maior entendimento das disparidades entre homens e mulheres

nos mais diversos segmentos. Sabemos que algumas das políticas públicas propostas pelos governos atuantes no período possuíam poder de influenciar a decisão feminina quanto à intensidade de sua inserção no mercado de trabalho. Contudo, apesar de todos os planos voltados para melhora da inserção feminina, notamos que entre 2004 e 2017, as mulheres se situavam entre 42% e 43% dos ocupados no mercado de trabalho. As políticas voltadas para treinamento, qualificação e educação para mulheres de fato tiveram efeito positivo na escolaridade feminina que cresceu de 8,9 anos para 10,4. Entretanto essas melhorias não significaram a garantia de obtenção de trabalho e muito menos o acesso a cargos mais altos.

Mediante o exposto, percebemos que ainda há grandes desafios a serem enfrentados para se atingir a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Kon (2016) aponta ainda um caminho adicional às políticas apresentadas que seria a concessão de subsídios ou isenções as empresas que fortalecessem a integração da mulher de forma igualitária. Nota-se ao longo desse capítulo que as políticas públicas se baseiam em noções que possibilitam um melhor direcionamento do planejamento e da ação do Estado, e a partir de seu entendimento das desigualdades de gênero pode ser desde um mantenedor do *status quo* quanto um instrumento chave para sua ruptura (KON, 2016).

## CONCLUSÃO

Como já demonstrado nos capítulos anteriores, o contexto econômico do Brasil é um fator chave para entender a forma como se reproduzem as desigualdades no mercado de trabalho. Desde os anos 70, com a intensificação da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro, existem grandes disparidades que ainda precisam ser corrigidas. Os avanços econômicos ocorridos entre os anos de 2004 a 2013 que contribuíram significativamente para diminuição das desigualdades observadas. Contudo, apesar desses avanços, com o período de crise e estagnação (2014-2017), cessaram-se também as melhorias obtidas pelas trabalhadoras.

Ao tratarmos da conjuntura econômica notamos que, claramente, os dois períodos trazem inúmeras diferenças. O período de 2004 a 2013 foi marcado por um intervalo de crescimento do PIB brasileiro. O ano de 2004 já demonstra uma variação anual do PIB de 5,8%, essa variação atinge seu máximo em 2010 (7,5%) e finaliza o período com a variação de 3% em 2013, já indicando o período de estagnação que estava à frente do país. No período seguinte, entre 2014 e 2017, a variação do PIB atinge resultados negativos em 2015 e 2016, tendo um aumento ínfimo no ano subsequente de 1%.

Os impactos dessa conjuntura no mercado de trabalho também não surpreendem. As principais características da fase inicial são a redução da taxa de desemprego em seis pontos percentuais (SILVA E PIRES, 2014), a ampliação do salário mínimo em 74% entre os anos de 2003 e 2013 (SABOIA, 2014), uma maior formalização das relações de trabalho, em que o peso dos empregados formais aumentou de 42,9% para 52% no período (LEONE E BALTAR, 2015) e uma melhora na distribuição dos rendimentos do trabalho (SABOIA, 2014). Analisando o período de crise, suas principais características foram a queda do emprego e rendimentos e o retorno a um aumento da informalização da economia. Houve uma redução de mais de 3 milhões de postos de trabalho de empregados com carteira assinada (POCHMANN, 2018).

Contrastando esses dos períodos em relação aos efeitos na mão de obra feminina, notamos também algumas diferenças, principalmente no que tange a quantidade de mulheres ocupadas e sua remuneração. Durante os anos de 2004 a 2013, o *gap* salarial médio entre homens e mulheres reduziu de 37% para 30%, enquanto nos anos de crise, não houve essa mesma tendência de redução do *gap*. Esse período de 2014 a 2017 também impactou a quantidade de mulheres ocupadas. A força de trabalho feminina representava apenas 73% em comparação à masculina. Já no período de crescimento, a taxa de ocupação feminina aumentou dois pontos percentuais,

enquanto a masculina reduziu nessa mesma quantidade. Isso se deu porque os empregos criados eram em sua maioria de menor remuneração, o que favorecia as mulheres, uma vez que elas eram a maior parte da mão de obra nessas faixas salariais (ANDRADE, 2016).

É importante apontar também que o contexto econômico nem sempre é capaz de solucionar as desigualdades presentes no mercado de trabalho, logo os dois períodos acabam tendo pontos em comum, características estruturais da discriminação laboral entre os sexos. O principal ponto de semelhança entre os períodos se dá em relação à inserção setorial. Para identificar as origens dessa segregação ocupacional é preciso entender que ela é influenciada por questões culturais e sociais que definem funções tidas como “femininas” e “masculinas”, nas quais a mão de obra feminina é vista como secundária (KON 2013).

Tanto no período de crescimento quanto no de crise, as mulheres predominaram nos setores de serviços domésticos (93%), educação, saúde e serviços sociais (77%), alojamento e alimentação (54%) e serviços coletivos, sociais e pessoais (53%). Enquanto os homens eram majoritários, principalmente, nos setores de construção (97%), outras atividades industriais e transporte (86%), armazenagem e comunicação (87%). Nota-se, contudo, que essa diferenciação na inserção setorial ainda é favorável aos homens, em termos de remuneração, rotatividade ou proteção trabalhista (KON, 2013).

A fim de tentar corrigir essas disparidades entre os sexos no mercado de trabalho, o governo serviu-se de diversos programas com ações voltadas não só para as desigualdades no mercado de trabalho como também para os mais diversos âmbitos que afetam as mulheres de maneira diferente dos homens. De forma geral, as ações governamentais voltadas para a questão de gênero devem buscar promover políticas de emprego e renda em consonância com outras políticas que promovam educação e formação profissional, saúde, cuidado infantil e da casa, proteção social, etc.

A partir da criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) em 2003, as políticas públicas para mulheres se tornaram mais recorrentes nos governos. Ao longo do período de 2004 até 2017 foram lançados o I PNPM, II PNPM, PNPM 2013-2015, Programa 2016 e o Brasil Mulher. Todos sob a coordenação da SPM. As políticas desses programas se baseavam em princípios básicos como a igualdade, respeito à diversidade, autonomia das mulheres, universalidade das políticas, justiça social, transparência, entre outros.

Nesse estudo focamos no núcleo de autonomia econômica e igualdade no mundo do

trabalho. Os enfoques principais das políticas para mulheres no mercado de trabalho diziam respeito ao acesso ao mercado, igualdade salarial entre os sexos, qualificação e treinamento de mulheres visando à ascensão a cargos mais altos, promoção da valorização do trabalho doméstico, ampliar o acesso ao crédito para o desenvolvimento de empreendimentos femininos e apoio ao trabalho e empreendedorismo rural.

Contudo, como já demonstrado pelos dados da PNAD e da PNADC, algumas questões estruturais não foram solucionadas nem pelo contexto econômico do país nem pelas políticas públicas implementadas. As condições culturais e sociais diferentes entre homens e mulheres afetam a maneira como as últimas se posicionam no mercado. Suas exigências quanto às responsabilidades do lar e da família contrastam com horários de trabalho mais rígidos e com maior exigência de qualificação. Sabe-se que o trabalho feminino não depende unicamente da demanda por mão de obra. E é a partir disso que as políticas públicas se fazem necessárias. Elas deveriam ser capazes de atuar sobre as desigualdades no mercado de trabalho, visando diminuir o “peso” das demais responsabilidades femininas.

As disparidades entre homens e mulheres, ao longo dos anos, vêm representando obstáculos para um desenvolvimento social e econômico equilibrado de cada sexo (KON, 2016). A dimensão de gênero aos poucos veio se integrando à dimensão política, com proibições às diferenças salariais e às discriminações ao trabalho feminino asseguradas desde as Constituições de 1967 e 1988 respectivamente (ALICIEWICA, 2015). As políticas públicas devem se organizar a fim de formular novas articulações e entendimentos entre os espaços produtivos e a reprodutivos (KON, 2016). Com base no que foi visto em termos de diminuição das desigualdades nos períodos estudados, o cenário que se vislumbra à frente não é dos mais promissores, A promoção da igualdade de oportunidades entre os sexos no mercado de trabalho é lenta e complexa. Ainda há muito que avançar.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades entre gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Cienc. Cult.* vol.58 no.4. São Paulo, 2006.

ALICIEWICA, Patricia; ANTUNES, Paula; CHIAPETTI, Rafael. Discriminação de gênero no mercado de trabalho. I CINGEN- Conferência Internacional em Gestão de Negócios. Paraná, 2015

ALTOÉ, André; SILVA, Marinete. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: a questão de gênero vista de forma bidimensional. *Caderno Espaço Feminino* v. 30, n. 1. Minas Gerais, 2017.

ANDRADE, Tânia. Mulheres no mercado de trabalho: Onde nasce a desigualdade? Câmara dos Deputados – Estudo Técnico. 2016.

ARAUJO, Raissa; ADRIÃO, Karla. Políticas Públicas para Mulheres no Brasil de 1985 a 2016: Uma análise sobre sujeitos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, Hildete; BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. *Série Mujer y Desarrollo*. Santiago, 2005.

BRASIL. Decreto n. 7765 de 25 de junho de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e remaneja cargos em comissão.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos pagu* (17/18) 2001/02. São Paulo, 2001

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos feministas*, p. 179-199, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das Mulheres no Brasil - Continuidades e Mudanças no período 1985-1995. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1998

DEDECCA, Cláudio. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. *Revista de*  
49

Economia Política, vol. 25, nº 1, 2005

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. PED – Consulta de series.

DIEESE, Os Desafios para Reativar o crescimento com inclusão social. Boletim de Conjuntura n1, 2014.

FURNO, Juliene. O Trabalho das Mulheres: entre a produção e a reprodução social. Centro de Estudos Marxistas – IFCH. Campinas, 2015

GUEDES, Moema; ALVES, José. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Minas Gerais, 2004.

IBGE, Série Histórica do PIB.

IBGE, Tabelas de séries temporais e indicadores – Trabalho e Rendimento: Indicadores Harmonizados.

IPEA, Análise do Mercado de Trabalho. Mercado de trabalho n. 58, 2015.

IPEADATA, Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE).

KASSOUF, Ana Lúcia; SILVA, Nancy. Mercados de trabalho formal e informal: Uma análise da discriminação e da segmentação. Nova Economia, vol.1. Belo Horizonte, 2000

KON, Anita. A distribuição do trabalho informal no Brasil em uma perspectiva de gênero. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura, Vol. XVIII, No. 1. Venezuela, 2012.

KON, Anita. Assimetrias entre Gêneros no Mercado de Trabalho Brasileiro: Crise e Políticas Públicas. Revista Ciências do Trabalho 1, no. 1. São Paulo, 2013b.

KON, Anita. Mercado de trabalho, assimetrias de gênero e políticas públicas: considerações teóricas. Revista de Pesquisa em Políticas Públicas. São Paulo, 2013a.

KON, Anita. Qualificação e Trabalho: atributos de gênero e segmentação no Brasil. Anais ABEP, 2016.

KUBRUSLY, Lucia. Mulheres e Homens no Mercado de Trabalho Brasileiro. Texto para Discussão 018 – IE UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

LAVINAS, Lena et al. Assimetria de gênero no mercado de trabalho: Rumos da formalização. Travail, care et politiques sociales: Débat Brésil-France. França, 2014.

LAVINAS, Lena. Empregabilidade no Brasil: Inflexões de gênero e diferenciais femininos. IPEA – Texto para discussão N826. Rio de Janeiro, 2001.

LAVINAS, Lena; LEÓN, Francisco. Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. CEPAL – División de Desarrollo Social. Santiago, 2002.

LEONE, Eugenia; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. R. bras. Est. Pop, v. 25, n. 2. São Paulo, 2008.

LEONE, Eugenia; BALTAR, Paulo. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. Estud. Av, vol.29 n85. São Paulo, 2015.

LOURENÇO, Gilmar. Aspectos quantitativos e qualitativos do PIB de 2010. Análise Conjuntural, v.32, n.5-6. Paraná, 2010.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José; REIS, Maurício. Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos estilizados e interpretações. IPEA – Texto para discussão 743. Rio de Janeiro, 2000.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Dados.

POCHMANN, Marcio. Recessão e Mercado de trabalho no Brasil. In: MORETTO, Amilton et al. As transformações do mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). Fortaleza, 2018.

PROBST, Elisiana. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. Santa Catarina, 2014.

SABOIA, João. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição?. Estud. av. vol.28 n.81. São Paulo, 2014.

SABOIA, João; KUBRUSLY, Lucia. Indicadores para o Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil. Texto para discussão 021, IE – Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Eleonora; SEDLACEK, Guilherme. A Evolução da Participação feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro de 1983 a 1988. R. de Econometria v. X, nº 2. Rio de Janeiro, 1990.

SILVA, Fábio. PIRES, Leandro. Evolução do Desemprego no Brasil no Período 2003-2013:

análise através das probabilidades de transição. Banco Central do Brasil – Trabalhos pra discussão n.349. 2014.

SPM, Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Brasil, 2004.

SPM, Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Brasília, 2008.

SPM, Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013-2015. Brasil, 2013.

SPM, Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Programa 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência. Brasil, 2016

SPM, Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Resultado do cumprimento de metas institucionais. Publicado em 16 de Junho de 2017.

SPM, Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Relatório de implementação 2005 – Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Brasília, 2006.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. Revista Tecnologia e Sociedade - 2ª Edição, 2012.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP Nota do Cecon, n.1. 2017.